

"O Dia" 20.6.84

Delegado da Resistência Moçambicana

Cidadão português "calado" no próprio país

Um cidadão português, delegado no seu País da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), foi ontem surpreendentemente impedido de prosseguir uma conferência de Imprensa pelo ministro da Administração Interna, Eduardo Pereira, sendo assim violado o inalienável direito de liberdade de expressão, consignado na Constituição Portuguesa.

Com efeito, dois subchefes do Comando-Geral da PSP interromperam a meio, o encontro que o delegado da RENAMO, Jorge Correia, estava a efectuar com os jornalistas, num hotel de Lisboa, exibindo «uma cópia» de um despacho assinado pelo coronel Matoso Ramalho, segundo uma directiva conjunta dos ministros da Administração Interna e dos Negócios Estrangeiros.

O documento da PSP, que nem sequer estava carimbado e se apresentava escrito com um marcador, afirmava por «indicação verbal», ter ordem para encerrar à conferência de Imprensa dada por elementos contrários ao governo da República Popular de Moçambique, considerada prejudicial às boas relações existentes entre Portugal e a sua ex-colónia.

Jorge Correia, naturalmente, protestou contra a proibição do Governo, considerando-a uma violação do direito de liberdade

de expressão consagrado na Constituição e tão defendido pelo «bloco central» e pelos comunistas.

O pitoresco da medida ministerial está no facto de ainda há pouco tempo Álvaro Cunhal ter dito mal do Governo português em Angola, não se conhecendo quais as reacções das autoridades de Lisboa ou de Luanda.

Saliente-se, ainda, a presença no «hall» do hotel onde se realizou o encontro, de dois membros do Serviço Nacional de Segurança Popular de Moçambique (SNASP) polícia política, que disseram a «O Dia» estarem simplesmente a acompanhar o embaixador do Lesoto, igualmente presente.

CERCO APERTA-SE COM «CACIMBO ARDENTE»

Antes da conferência de Imprensa ter sido interrompida, Jorge Correia revelou que a RENAMO efectuou conversações secretas, na semana passada, com oficiais superiores das Forças Armadas de Moçambique, num país vizinho, com vista à cessação das hostilidades e à busca de uma solução negociada para a guerra civil.

Ao afirmar que Maputo se encontra cercada pela Resistência moçambicana, o representante da RENAMO avisou os



«Esplores» moçambicanos esperam uma intervenção do Governo português, que não tardou, através dos ministros da Administração Interna e dos Negócios Estrangeiros

estrangeiros residentes em Moçambique para «abandonarem» o país, pois poderão ser alvos de ataques no âmbito da «guerra total» em curso.

Jorge Correia anunciou o início de uma operação militar denominada «Cacimbo Ardente», destinada a apertar o cerco a Maputo e a impulsionar a guerrilha urbana, não só na capital moçambicana, mas também na cidade da Beira.

Quanto à hidroeléctrica de Cabora Bassa, o delegado RE-

NAMO frisou que o acordo tripartido Portugal-Moçambique-África do Sul não tem validade, uma vez que a resistência moçambicana, que controla a quase totalidade do país, não participou nas negociações.

Jorge Correia sublinhou, também que a RENAMO tem dois cidadãos soviéticos prisioneiros, um do Sri Lanka e três outros cuja nacionalidade não divulgou. Em relação aos soviéticos o delegado da RENAMO declarou que o acordo recentemente

assinado com Moscovo terá de ser renegociado antes dos referidos prisioneiros serem libertados, pois a URSS não cumpriu o segundo ponto do «pacto», que previa o fornecimento de armas aos guerrilheiros da organização.

O primeiro ponto, refere-se, foi cumprido por Moscovo, que se obrigou a remeter os cidadãos soviéticos para Maputo, de onde regressariam posteriormente à URSS.